



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

DESPACHO CONJUNTO N.º20/2020

Assunto: Regulamento dos Regimes dos Concursos Especiais da ULP – Alteração ao Despacho Conjunto nº14/2017, de 12 de julho.


Nos termos dos Estatutos da Universidade Lusófona do Porto e da legislação recente, Decreto-Lei nº11/2020, publicado em Diário da República nº66/2020, Série I, de 02/04/2020, concursos especiais de ingresso no Ensino Superior para titulares dos cursos de dupla certificação do Ensino Secundário e cursos artísticos especializados, é homologado a alteração ao Regulamento dos Regimes dos Concursos Especiais que foi aprovado pelo Conselho Científico da ULP, em reunião realizada em 08 de abril de 2020.

Este Despacho altera o Despacho Conjunto nº 14/2017, datado de 12 julho de 2017.

O Regulamento ora homologado entra em vigor na presente data.

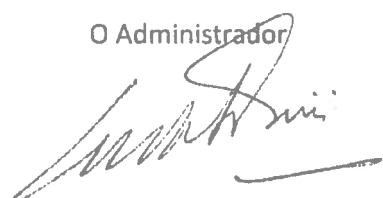
Porto, 29 de abril de 2020.

A Reitora



Prof.ª Doutora Isabel Babo

O Administrador



Prof. Doutor Manuel de Almeida Damásio

Anexo: O referido Regulamento.



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Regulamento dos Regimes dos Concursos Especiais da Universidade Lusófona do Porto

(Alteração ao Despacho Conjunto nº14/2017, de 12 de julho)

Capítulo I Disposições Gerais

Artigo 1.º (Objeto)

O presente regulamento disciplina os Regimes dos Concursos Especiais previstos no Decreto – Lei n.º 113/2014, de 16 de julho, na sua redação atual respeitantes aos:

- a) estudantes aprovados nas provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos;
- b) titulares de um diploma de especialização tecnológica;
- c) titulares de um diploma de técnico superior profissional;
- d) titulares de outros cursos superiores;
- e) titulares dos cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados.

Artigo 2.º (Âmbito)

Os regimes dos concursos especiais abrangidos por este regulamento aplicam-se ao acesso e ingresso na Universidade Lusófona do Porto para a frequência de 1.ºs ciclos de estudos ou de mestrados integrados.

Artigo 3.º (Validade)

Os concursos especiais são realizados para a matrícula e inscrição num ano letivo e são válidos apenas para o ano letivo a que se referem.

Capítulo II Disposições Especiais

Secção I Estudantes maiores de 23 anos

Artigo 4.º (Maiores de 23 anos)

Os estudantes aprovados nas provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos podem candidatar-se à matrícula e inscrição nos 1.ºs ciclos de estudos e mestrados integrados ministrados na





UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Universidade Lusófona do Porto, tendo em conta as provas realizadas, nos termos do Regulamento n.º 202/2018 (regulamento das provas) publicado no Diário da República, 2ª série n.º65, de 3 de abril.

Secção II

Titulares de um diploma de especialização tecnológica

Artigo 5.º

(Ciclo de estudos a que se podem candidatar os titulares de um diploma de especialização tecnológica)

- 1 - A Universidade Lusófona do Porto, por intermédio do órgão legal e estatutariamente competente, fixa através das áreas de educação e formação quais os diplomas de especialização tecnológica que facultam o acesso aos ciclos de estudo que ministra, nos termos do número dois.
- 2 - Relativamente à fixação das áreas de formação e educação dos diplomas de especialização tecnológica que facultam o acesso aos cursos de 1.º ciclo de estudos ou mestrados integrados ministrados na ULP são observados os critérios seguintes:
 - a) São admitidos ao concurso os candidatos titulares de habilitação enquadrada na mesma área científica de formação e educação, a um dígito, de acordo com a Portaria n.º 256/2005, de 16 de março, do curso de 1.º ciclo de estudos ou mestrado integrado a que se candidatam;
 - b) Nos casos em que não se verifique a condição prevista na alínea anterior, a admissão à candidatura é decidida pelo Diretor do ciclo de estudos de candidatura, mediante apreciação das motivações e curriculum vitae do candidato.

Artigo 6.º

(Realização de exames nacionais)

A candidatura a um 1.º ciclo de estudos ou mestrado integrado da Universidade Lusófona do Porto obriga:

- a) À realização dos exames nacionais do ensino secundário correspondentes às provas de ingresso exigidas para o ingresso no ciclo de estudos em causa através do regime geral de acesso e ingresso regulado pelo Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de setembro;
- b) À obtenção nesses exames de uma classificação não inferior à classificação mínima fixada pela Universidade Lusófona do Porto, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de setembro.





UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Secção III

Titulares de um diploma de técnico superior profissional

Artigo 7.º

(Ciclo de estudos a que se podem candidatar os titulares de um diploma de técnico superior profissional)

1 - A Universidade Lusófona do Porto, por intermédio do órgão legal e estatutariamente competente, fixa através das áreas de educação e formação quais os diplomas de técnico superior profissional que facultam o acesso aos ciclos de estudo que ministra, nos termos do número dois.

2 - Relativamente à fixação das áreas de formação e educação dos diplomas de técnico superior profissional que facultam o acesso aos cursos de 1.º ciclo de estudos ou mestrados integrados ministrados na ULP são observados os critérios seguintes:

- a) São admitidos ao concurso os candidatos titulares de habilitação enquadrada na mesma área científica de formação e educação, a um dígito, de acordo com a Portaria n.º 256/2005, de 16 de março, do curso de 1.º ciclo de estudos ou mestrado integrado a que se candidatam;
- b) Nos casos em que não se verifique a condição prevista na alínea anterior, a admissão à candidatura é decidida pelo Diretor do ciclo de estudos de candidatura, mediante apreciação das motivações e curriculum vitae do candidato.

Artigo 8.º

(Realização de exames nacionais)

À candidatura a um 1.º ciclo de estudos ou mestrado integrado da Universidade Lusófona do Porto aplicam-se as alíneas a) e b) do artigo 6.º deste regulamento.

Secção IV

Titulares de outros cursos superiores

Artigo 9.º

(Titulares abrangidos)

São abrangidos os titulares do grau de bacharel, licenciado, mestre ou doutor.

Artigo 10.º

(Ciclos de estudos a que se podem candidatar)

Os titulares de outros cursos superiores podem candidatar-se a qualquer 1.º ciclo de estudos ou de mestrado integrado ministrados na Universidade Lusófona do Porto.





UNIVERSIDADE
DO PORTO

Secção V

Titulares de cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados

Artigo 11.º

(Titulares de cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados)

- 1 - São abrangidos pelo concurso especial previsto na alínea e) do artigo 1.º os titulares das seguintes ofertas educativas e formativas de dupla certificação de nível secundário, conferentes de nível 4 da qualificação do Quadro Nacional de Qualificações:
 - a) Cursos Profissionais;
 - b) Cursos de Aprendizagem;
 - c) Cursos de educação e formação para jovens;
 - d) Cursos de âmbito sectorial da rede de escolas do Turismo de Portugal I.P.;
 - e) Cursos artísticos especializados;
 - f) Cursos de formação profissional no âmbito do Programa Formativo de Inserção de Jovens da Região Autónoma dos Açores.
- 2 - São ainda abrangidos pelo concurso especial previsto na alínea e) do artigo 1.º os estudantes titulares de:
 - a) Cursos artísticos especializados de nível secundário da área da música;
 - b) Cursos de Estado-Membro da União Europeia, legalmente equivalentes ao ensino secundário português, conferentes de dupla certificação escolar e profissional, e conferentes do nível 4 de qualificação do Quadro Europeu de Qualificações;
 - c) Outros cursos não portugueses, legalmente equivalentes ao ensino secundário português, conferentes de dupla certificação escolar e profissional, nas situações em que os candidatos em causa tenham nacionalidade portuguesa.

Artigo 12.º

(Ciclos de estudos a que se podem candidatar)

A ULP admite a concurso os candidatos titulares de cursos de dupla certificação e artísticos especializados que se insiram nas áreas de educação e formação (CNAEF) com correspondência às áreas dos 1.º ciclos e Mestrados Integrados a que se candidatam previstas no elenco fixado pela CNAES.

Artigo 13.º

(Condições específicas)

- 1 - A avaliação da candidatura a um ciclo de estudos de licenciatura ou de mestrado integrado implica a avaliação da capacidade para a frequência dos mesmos, nos termos seguintes:
 - a) Com uma ponderação de 50% a classificação final do curso obtido pelo estudante;
 - b) Com uma ponderação de 20% as classificações obtidas:
 - i) Na prova de aptidão profissional, no caso dos titulares dos cursos profissionais;





UNIVERSIDADE
DO PORTO

- ii) Na prova de aptidão final, no caso dos diplomados dos cursos de aprendizagem;
 - iii) Na prova de avaliação final, no caso dos titulares dos cursos de educação e formação para jovens;
 - iv) Nas provas de avaliação final dos módulos constantes dos planos curriculares dos cursos organizados, de acordo com a Portaria n.º 57/2009, de 21 de janeiro, na sua redação atual, no caso dos titulares daqueles cursos;
 - v) Nas provas de avaliação final de competências em turismo dos cursos organizados de acordo com a portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do turismo, da educação e da formação profissional, no caso dos titulares de cursos de âmbito sectorial da rede de escolas do Turismo de Portugal I.P.;
 - vi) Na prova de aptidão artística, no caso dos titulares dos cursos artísticos especializados;
 - vii) Na prova de avaliação final, no caso dos titulares dos cursos de formação profissional no âmbito do Programa Formativo de Inserção de Jovens da Região Autónoma dos Açores.
- c) Com uma ponderação de 30% as classificações de provas teóricas ou práticas realizadas na ULP de avaliação de conhecimentos e competências consideradas indispensáveis ao ingresso e progressão no ciclo de estudos a que os estudantes se candidatam.
- 2 - O acesso e ingresso ao abrigo do concurso especial a que se refere o presente artigo depende da obtenção pelo candidato de classificações iguais ou superiores a 95 pontos, na escala de 0 a 200 pontos, em cada um dos elementos de avaliação referidos no número anterior.
- 3 - A informação sobre as classificações a que se referem as alíneas a) e b) do n.º1 do presente artigo é comunicada pelos serviços de administração central e regional de educação, pelo Instituto do Turismo de Portugal, I.P. ou pelo Instituto de Emprego e da Formação I.P., consoante o curso de que o candidato é titular.
- 4 - As condições fixadas pelo órgão legal e estatutariamente competente para acesso e ingresso ao abrigo do concurso especial a que se refere a alínea e) do artigo 1.º são homologadas pela CNAES.
- 5 - A ULP comunica à Direção-Geral do Ensino Superior para cada ciclo de estudos:
- a) Número de vagas disponíveis;
 - b) A identificação das provas teóricas ou práticas de avaliação;
 - c) A fórmula da nota de candidatura decorrente da aplicação do disposto no presente artigo.

Artigo 14.º

(Realização de provas na ULP)

- 1 - As provas teóricas ou práticas a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 13.º são organizadas pela ULP ou por uma rede de instituições de ensino superior que acordem entre si a articulação desta atividade a nível regional ou nacional.





UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

- 2 - As classificações obtidas nas provas teóricas e/ou práticas de avaliação de conhecimentos, a que se alude no número anterior, são apenas válidas para a candidatura à ULP ou às instituições que integram a rede que as tenham organizado.
- 3 - As classificações previstas no n.º 2 podem ser utilizadas para a candidatura à ULP ou às instituições que integram a rede no ano da sua realização e nos dois anos seguintes.
- 4 - A natureza das provas previstas no número anterior (teóricas e/ou práticas), bem como a distribuição da percentagem total de 30% pelas mesmas, é fixada pelo Conselho Científico de cada Unidade Orgânica.
- 5 - As provas são elaboradas por um Júri de Avaliação nomeado pelo Reitor e composto por três doutorados no mínimo a quem cabe aprovar os modelos das provas, definir os critérios de avaliação, bem como supervisionar o decorrente serviço de realização das provas.
- 6 - As provas podem ser realizadas através de plataformas tecnológicas ou por teleconferência assegurando-se a devida fiabilidade da avaliação desenvolvida

Artigo 15.º

(Substituição de provas)

Para efeitos da candidatura por parte de titulares dos cursos a que se referem as alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 11.º: as provas referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º podem ser substituídas pelas provas finais homólogas dos respetivos sistemas de ensino, por decisão do órgão legal e estatutariamente competente, nos termos e condições fixados por deliberação da CNAES.

Capítulo III

Disposições Comuns

Secção I

Apresentação de candidatura

Artigo 16.º

(Forma e local)

A apresentação da candidatura é realizada, preferencialmente, por via eletrónica através do sítio na internet da Universidade Lusófona do Porto.

Secção II

Critérios de Seriação

Artigo 17.º

(Seriação)

- 1 - A seriação é realizada, por concurso especial, por ordem decrescente, considerando os critérios seguintes:





UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

- a) No caso dos candidatos maiores de 23 anos, a classificação obtida na candidatura do concurso especial, convertida na escala de 0 a 200 pontos;
 - b) No caso dos titulares de um diploma de especialização tecnológica ou dos titulares de um diploma de técnico superior profissional, a classificação final obtida nos cursos respetivamente de especialização tecnológica ou de técnico superior profissional, convertida na escala de 0 a 200 pontos.
 - c) No caso dos titulares de outros cursos superiores, a classificação final obtida no curso superior de que é titular, convertida na escala de 0 a 200 pontos.
 - d) No caso dos titulares dos cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados, a classificação obtida na candidatura do concurso especial, aplicadas as ponderações previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º1 do Artigo 13.º, convertida na escala de 0 a 200 pontos.
- 2 - Em caso de empate, independentemente do concurso especial, tem prioridade o candidato mais novo de idade.

Secção III

Processo de Candidatura

Artigo 18.º

(Documentos a apresentar)

O processo de candidatura deve ser instruído com o boletim de candidatura devidamente preenchido, cópia de documento de identificação válido em Portugal e cartão de contribuinte ou cartão de cidadão e os documentos seguintes:

- a) No caso dos candidatos maiores de 23 anos: *curriculum vitae* e comprovativos da classificação obtida na candidatura e de pré-requisitos, se aplicável;
- b) No caso dos titulares de um diploma de especialização tecnológica: diploma de especialização tecnológica, certificado final do curso de especialização tecnológica (CET), ficha ENES ou comprovativo da realização dos exames nacionais do ensino secundário correspondentes às provas de ingresso exigidas para o ingresso no ciclo de estudos em causa, através do regime geral de acesso e ingresso regulado pelo Decreto-Lei n.º 296 – A/98, de 25 de setembro e comprovativo de pré-requisitos, se aplicável;
- c) No caso dos titulares de um diploma de técnico superior profissional: diploma de técnico superior profissional (CTeSP), ficha ENES ou comprovativo da realização dos exames nacionais do ensino secundário correspondentes às provas de ingresso exigidas para o ingresso no ciclo de estudos em causa, através do regime geral de acesso e ingresso regulado pelo Decreto-Lei n.º 296 – A/98, de 25 de setembro e comprovativo de pré-requisitos, se aplicável;
- d) No caso de titulares de outros cursos superiores: documento comprovativo do grau académico com a respetiva classificação final e comprovativo de pré-requisitos, se aplicável;
- e) No caso dos titulares dos cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados: diploma/certificado final de conclusão do curso de





UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

habilitação anterior e documento comprovativo da classificação da prova final do curso de habilitação anterior referido na alínea b) do nº1 do artigo 13.º.

Artigo 19.º
(Pré-requisitos)

A candidatura à matrícula e inscrição em ciclos de estudo para os quais sejam exigidos pré-requisitos está condicionada à satisfação destes.

Artigo 20.º
(Resultado Final)

As listas de colocação, por concurso especial, são publicadas com os resultados expressos da seguinte forma:

- a) Colocado;
- b) Não colocado;
- c) Excluído.

Artigo 21.º
(Divulgação e comunicação da decisão)

As decisões são afixadas em edital do qual constam listas de seriação, por concurso especial, e são comunicadas aos interessados de forma expedita, nomeadamente por intermédio de correio eletrónico.

Artigo 22.º
(Vagas)

As vagas são, no cumprimento da legislação aplicável, fixadas anualmente pelo órgão legal e estatutariamente competente e são publicadas no sítio na internet da Universidade Lusófona do Porto e comunicados à Direção Geral do Ensino Superior, nos termos e prazos por esta fixados.

Artigo 23.º
(Prazos)

Os prazos são, no cumprimento da legislação aplicável, fixados anualmente pelo órgão legal e estatutariamente competente e são publicados no sítio na internet da Universidade Lusófona do Porto e comunicados à Direção Geral do Ensino Superior, nos termos e prazos por esta fixados.





UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Capítulo IV **Disposições Finais**

Artigo 24.º

(Dúvidas e casos omissos)

As dúvidas e casos omissos resultantes da aplicação deste regulamento são resolvidos por despacho conjunto do Reitor e do Administrador da Universidade Lusófona do Porto.

Artigo 25.º

(Estudantes Internacionais)

Os regimes especiais, previstos no presente regulamento, não se aplicam aos estudantes internacionais abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho, na sua redação atual.

Artigo 26.º

(Disposição revogatória)

É revogado o Regulamento dos Regimes dos Concursos Especiais da ULP, homologado pelo Despacho Conjunto n.º 14/2017, de 12 de julho.

Artigo 27.º

(Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor após aprovação pelo Conselho Científico e publicação de despacho conjunto de homologação do Reitor e do Administrador da Universidade Lusófona do Porto e aplica-se às candidaturas respeitantes ao ano letivo de 2020/2021.

(Aprovado em reunião do Conselho Científico de 08/04/2020, Homologado pelo Despacho Conjunto n.º. 20/2020, de 29 abril)

